

**ATA DA SÉTIMA SESSÃO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENAFIEL**

-----Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Penafiel. -----

-----Verificado o quórum, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. -----

Encontravam-se presentes, todos os membros da Assembleia com exceção dos senhores deputados Nuno Araújo, Sofia Leal, Filomena Pereira, o senhor Presidente da Junta de Freguesia Penafiel e o senhor Presidente da Junta de Freguesia Fonte Arcada. -----

-----O senhor deputado António Marco da Silva Ferreira, do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou a renúncia do mandato, sendo substituído pela senhora Elisa Antónia Monteiro da Cruz Alves, que se encontrava presente na sessão. -----

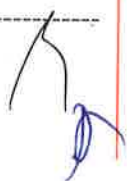
-----O senhor deputado Nuno Araújo, do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou o pedido de justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Agostinho Soares. -----

-----A senhora deputada, Sofia Leal, do Grupo Municipal da coligação PSD/CDS-PP, apresentou pedido de justificação de falta, por motivos pessoais, solicitando a sua substituição pela senhora Maria Goreti Pinto Moreira. -----

-----O senhor deputado, Ricardo Duarte, do Grupo Municipal da coligação PSD/CDS-PP, apresentou pedido de justificação de falta, por motivos pessoais, solicitando a sua substituição pelo senhor Nuno Brochado. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penafiel, Micael Cardoso, apresentou a justificação de falta, por compromissos inadiáveis, em representação da ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias), solicitando a sua substituição pelo secretário da Junta de Freguesia, senhor Maria Carlos Monteiro. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fonte Arcada, Paulo Ferreira, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pela secretária da Junta de Freguesia, senhora Maria Amélia Moreira dos Santos. -----



-----Os senhores deputados substitutos prestaram o compromisso de honra perante a Assembleia. -

-----O senhor 1º Secretário da Assembleia Municipal, procedeu à leitura da correspondência, moção, votos de louvor e votos de pesar entrados na mesa: -----

-----1 — Ofício da Inspeção – Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, com o seguinte teor:-----

-----"ASSUNTO: Proc. n.º AOT/2/15-----

-----Inspeção ao cumprimento do Plano de Ordenamento da Albufeira de Crestuma-Lever-----

-----Início da Ação de Inspeção. -----

-----No quadro da intervenção requerida à IGAMAOT pelo Decreto-Lei n.º 23/2012, de 1 de fevereiro, na parte respeitante ao acompanhamento e avaliação do cumprimento da legalidade no âmbito do ordenamento do território, informa-se V. Ex.as que esta Inspeção-Geral deu início à ação de inspeção acima identificada, superiormente autorizada por despacho de 11.02.2015 de S. Ex.a o Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia."-----

-----2 — Moção subscrita pelo Grupo Municipal da CDU, com o seguinte teor: -----

-----"Considerando que: -----

-----1 - A CR.P. - Constituição da República Portuguesa prevê que o "Estado é unitário e respeita na sua organização funcionamento o regime autonómico insular e os princípios de subsidiariedade da autonomia das autarquias-locais e da descentralização democrática da Administração Pública" (artigo 62., nº 1). ----

-----2 - A descentralização de poderes efetua-se mediante a transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, tendo por finalidade assegurar o reforço de coesão nacional e da solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública assegurando os direitos das populações.-----

-----3 - A descentralização administrativa deve assegurar o princípio da subsidiariedade devendo as atribuições e competências ser exercidas pelo nível de administração melhor colocado para prosseguir com racionalidade eficácia e proximidade aos cidadãos. -----

-----4 - A transferência de competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequados ao desempenho das funções transferidas, e não assumida, como a prática tem demonstrado, num processo de redução de investimento público e transferência de ónus e insatisfação para o Poder Local. -----

-----5 - O Decreto-Lei sobre descentralização de competências aprovado em Conselho de Ministros em 15 de Janeiro de 2015, constitui-se no seu objetivo e fins, num processo de delegação de competências a concretizar através de contratos inter-administrativos a celebrar com as autarquias que aderirem em áreas de grande complexidade (educação, saúde, segurança social e cultura), não separado

da estratégia de destruição de políticas públicas e funções sociais do Estado que os governos há muito prosseguem.-----

-----6 - A solução que, nesta matéria, possa vir a ser encontrada, deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, onde o Poder Local Democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação em sede de legalidade e mérito, em matérias que faça sentido à luz do princípio da complementaridade e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado. -----

-----7 - O governo, ao invés, vem preconizar um modelo assente numa delegação de competências onde os próprios elementos de negociação e contratualização parecem encontrar-se reduzidos a pouco mais que uma possibilidade, manifestamente incompatível com a dimensão autonómica do Poder Local Democrático, de adesão dos Municípios a condições e objetivos pré-definidos. -----

-----8 - A solução preconizada é incompatível com a autonomia do Poder Local, sendo mais um passo na sua subordinação a interesses e políticas que lhe são estranhas. -----

-----9 - Mais do que novas competências, o que o Poder Local exige e necessita é de ver preenchidas as condições (financeiras, de autonomia e de política de pessoal) para o pleno exercício das competências que hoje fazem parte do acervo das responsabilidades das autarquias. -----

-----10 - Não estão manifestamente reunidas as condições mínimas para um diálogo sério entre a Administração Central e a Administração Local dado o percurso de ataque, arbitrariedades e sonegação de meios que tem sido imposta às autarquias locais, para lá da comprovada má-fé com que tem conduzido os processos de transferência de competências em áreas como a educação, a proteção civil ou a rede de serviços públicos. -----

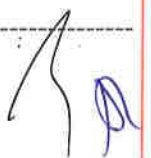
-----11 - O processo de delegação de competências anterior abriu espaço e justificou em muitas situações a privatização de funções educativas, restringiu o carácter universal e gratuito do sistema de ensino, afetou a dignidade da carreira docente, constituiu um adicional fator de novos encargos para as autarquias que se dispuseram a dar o passo da contratualização. -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel reunida no dia 27 de Fevereiro de 2015, delibera manifestar: -----

-----• O seu desacordo expresso face ao regime jurídico de delegação de competências para os Municípios nas áreas sociais aprovado no Conselho de Ministros de 15 de Janeiro de 2015; -----

-----• O seu repúdio face ao tratamento dispensado pelo Governo, ao longo de todo este processo legislativo, à ANMP e, consequentemente, aos Municípios portugueses e ao Poder Local Democrático; -----

-----• Apelar ao Congresso da A.N.M.P., a realizar em 27 e 28 de Março próximo, no diálogo institucional que lhe cumpre prosseguir, rejeite liminarmente esta proposta de contratos inter-administrativos de delegação de competências e manifeste a disponibilidade para aprofundar a discussão duma verdadeira descentralização de competências conforme a C.R.P. prevê.-----



-----Enviara moção para:-----

----- Associação Nacional de Municípios Portugueses -----

----- Grupos Parlamentares da AR -----

----- Primeiro-Ministro"-----

-----3 — Voto de louvor, apresentado pelo senho Presidente da Junta de Freguesia da Eja, António Manuel Guedes da Cunha, com o seguinte teor: -----

----- "Voto de louvor -----

-----Distinção do Concelho de Penafiel às PME's distinguidas com o estatuto PME – Excelência 2014
Considerando que a dinâmica e a afirmação de uma sociedade, também se mede pela qualidade do seu tecido empresarial e pela capacidade de criação de emprego. -----

-----Considerando que é imperativo o apoio municipal e neste caso o reconhecimento, para apoiarmos quem mais contribui para o desenvolvimento do Concelho, que são as empresas, os empresários e os seus trabalhadores. -----

-----Considerando que vivemos numa economia aberta em que as empresas operam num mercado cada vez mais global e fortemente competitivo. Sendo que na conjuntura adversa do passado recente, foi a sua capacidade de resiliência dos nossos empresários que ajudou em muito Portugal a ultrapassar os problemas, sendo hoje um País diferente de 2011. -----

-----Considerando o esforço que as empresas tem vindo a desenvolver na melhoria da qualidade dos produtos, níveis de produtividade e talvez ainda mais relevante, numa perspetiva de médio e longo prazo, na qualidade da sua gestão. -----

-----Considerando ainda que, é da maior justiça, o reconhecimento pelo Município às empresas que de alguma forma se destacam, o Deputado Municipal António Guedes. Presidente da Junta de Freguesia de Eja, propõe a aprovação, na Assembleia Municipal de Penafiel, reunida a 27 de Fevereiro de 2015, de um Voto de louvor às empresas abaixo enunciadas, e que às mesmas seja comunicado o seu resultado:

-----• Adelaide de Sousa Ferreira, Lda.-----

-----• Aveleda. S.A. -----

-----• Catiguil - Confeções, Lda. -----

-----• César Eduardo Carvalho da Silva & Filhos. Lda. -----

-----• Clínica Medica Arrifana de Sousa, S.A. -----

-----• Confeções Simão Ribeiro, Lda. -----

-----• Dispna Pneus. S.A. -----

-----• Fernanda Nunes & Silva, Lda. -----

-----• J. Caetano & filhas. Lda. -----

-----• José Magalhães & filhos. S.A. -----

-----• Laboratório de Análises Clínicas Vale do Sousa, Lda. -----

-----• *M. Alves-Comércio de Produtos Alimentares, Lda.* -----

-----• *Portflester - Pavimentações, Lda.* -----

-----• *Regidois - Restaurante, Lda.* -----

-----• *Regium - Gestão de Unidades Hoteleiras, S.A.* -----

-----• *Restradas - Revitalização de Estradas do Norte, Lda.* -----

-----4 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista com o seguinte teor: -----

-----"Voto de Louvor-----

-----O Grupo parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal vem, por este meio, propor a V. Ex.cia a aprovação de um VOTO de LOUVOR à atleta do Futebol Clube de Penafiel Rosa Madureira que venceu confortavelmente, no passado dia 22 de fevereiro, com a marca de 2:51.59 horas, a primeira edição da Maratona do Funchal. -----

-----O louvor é extensivo à secção de Atletismo do Futebol Clube de Penafiel pelo excelente trabalho desenvolvido na formação desportiva e cívica dos seus atletas, assim como, pelos bons resultados que têm sido alcançados nos últimos tempos. -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida a 27 de fevereiro de 2015, considera de maior justiça e merecimento este voto de louvor, que envolve um excelente trabalho dos briosos atletas, da secção, dos dirigentes e técnicos, levando o nome de Penafiel para fora de portas, pelos melhores motivos." -----

5 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista com o seguinte teor:

-----"Voto de Louvor-----

-----O Grupo parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal vem, por este meio, propor a V. Ex.cia a aprovação de um VOTO de LOUVOR ao atleta do Luís Aguiar que se tornou Vice-Campeão Nacional de Motociclismo, na categoria de Veteranos e TT1 - motos até 250 cc. -----

-----O Atleta Penafidelense terminou a época em 2º lugar o Trofeu de Veteranos. -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida a 27 de fevereiro de 2015, considera de maior justiça e merecimento este voto de louvor, que envolve um excelente trabalho do atleta, enobrecendo e elevando o nome de Penafiel além-fronteiras." -----

6 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer" com o seguinte teor: -----

-----"Voto de Louvor-----

-----Atendendo à brilhante prestação desportiva da atleta Rosa Madureira, da Secção de Atletismo do FC Penafiel, que se sagrou CAMPEÃ NACIONAL DE MARATONA (42km), numa prova que decorreu no Funchal a 22 de Fevereiro de 2015. De salientar que este é o 49 Título de Campeã Nacional consecutivo da atleta. -----

-----Pelo exposto o Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer, propõe a aprovação de um voto de louvor a esta atleta, pelo seu mérito desportivo.”-----

-----7 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação “Penafiel Quer” com o seguinte teor: -----

-----"Voto de Louvor-----

-----O jovem atleta da Associação Recreativa Novelense, António Malheiro, conquistou a medalha de ouro no Open de Portugal de Jovens de ténis de mesa. Pelo seu mérito desportivo, o Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer, propõe a aprovação de um voto de louvor a este atleta.”-----

-----8 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação “Penafiel Quer” com o seguinte teor: -----

-----"Voto de Louvor-----

-----Atendendo à excelente prestação desportiva dos atletas António Malheiro e Paulo Silva, da Associação Recreativa Novelense, em representação da Seleção Nacional no Open de Portugal de Jovens, em ténis de mesa, em que conquistaram; para Portugal, a medalha de prata na categoria de juniores masculinos, o Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer, propõe a aprovação de um voto de louvor aos dois atletas.”-----

-----9 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação “Penafiel Quer” com o seguinte teor: -----

-----"Voto de Louvor-----

-----Atendendo à brilhante conquista da equipa de futsal feminino do F. C. Águias de Santa Marta, ao sagrar-se campeã distrital da I1 Divisão da Associação de Futebol do Porto, época 2014/2015, o Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer, propõe a aprovação de um voto de louvor às atletas e àquela coletividade pelo excelente título obtido.”-----

-----10 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação “Penafiel Quer” com o seguinte teor: -----

-----"Voto de Louvor-----

-----Atendendo à prestação desportiva do motociclista penafidelense Luís Aguiar, que se sagrou, em 2014, vice-campeão no Trofeu Nacional de Veteranos, obtendo, ainda, o 39 posto na classe TT1, o Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer, propõe a aprovação de um voto de louvor a este atleta pelos resultados obtidos.”-----

-----11 — Voto de pesar, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação “Penafiel Quer” com o seguinte teor: -----

-----"Voto de Pesar-----

-----O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer, propõe a aprovação de um voto de pesar em memória de António Augusto de Sousa, conhecido na sociedade penafidelense por “Fred”, destacado

profissional e empresário na área da restauração. Na vida associativa, foi Presidente do Clube de Pesca e Caça de Penafiel e dirigente do Futebol Clube de Penafiel, clubes aos quais deu grandes contributos. -----

-----A Coligação Penafiel/Quer solicita, à Assembleia Municipal, reunida em 27 de Fevereiro de 2015, a aprovação de um Voto de Pesar, e propõe que se guarde um minuto de silêncio em sua memória."-----

-----12 — Voto de pesar, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer" com o seguinte teor: -----

-----"Voto de Pesar -----

-----No dia 18 de Janeiro de 2015, faleceu com 85 anos, o Prof. Manuel Fernando Pereira da Silva, natural e residente em Galegos, Penafiel. -----

-----Exerceu o ensino básico, durante toda a sua vida. Iniciando o professorado na freguesia de Parada de Todeia, Paredes, e, depois nas freguesias de Rio de Moinhos e Galegos. Foi durante muitos anos, Delegado Escolar, em Penafiel, até que atingiu a sua reforma. Foi ainda empresário e também dedicado às coisas da sua freguesia, era Presidente da Junta de Galegos, em 1974. -----

-----A Coligação Penafiel/Quer solicita, à Assembleia Municipal, reunida em 27 de Fevereiro de 2015, a aprovação de um Voto de Pesar, e propõe que se guarde um minuto de silêncio em sua memória."-----

-----13 — Voto de pesar, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer" com o seguinte teor: -----

-----"Voto de Pesar -----

-----Faleceu no dia 17 de Janeiro de 2015, Rodrigo Coelho da Mota Leitão, da Freguesia de S. Martinho de Recesinhos. -----

-----Homem conversador, por natureza, era um sábio da história da sua terra e da genealogia das famílias, da sua região. -----

-----Há anos este ligado à ajuda de algumas exposições, no Museu Municipal, designadamente de salientar a arte de trabalhar o folheto em diversas maneiras, e que chegou a ser exportado para o Brasil.

Foi colaborador do Boletim de Cultura Municipal, com narrativas sobre o Padre Mestre Coelho Ribeiro Alves, que dirigente de um colégio na Venda do Campo, Recesinhos, de ensino secundário. E ainda, sobre o José do Telhado, natural daquela zona. -----

-----Era sócio da Associação de Amigos do Museu Municipal de Penafiel. -----

-----Homem bom, e de entrega às coisas da cultura penafidelense, servindo, e estando presente, sempre que fosse solicitado. -----

-----A Coligação Penafiel/Quer, nesta Assembleia Municipal, reunida em 27 de Fevereiro de 2015, dedica-lhe um sentido voto de pesar, e propõe que se guarde, em sua memória, um minuto de silêncio."-----

-----14 — Voto de pesar, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer" com o seguinte teor: -----

-----"Voto de Pesar -----

-----Com 91 anos de idade, faleceu o ilustre penafidense e antigo Presidente da Câmara Municipal, António Ferreira Alves. -----

-----Nascido na cidade de Penafiel, no dia 11 de Novembro de 1923, frequentou o Colégio Militar e a Escola Superior Colonial, no curso superior colonial, o qual concluiu em Junho de 1948. -----

-----No ano de 1949, seguiu para Angola, onde passou a exercer funções no quadro dos Serviços de Administração Civil, administrando diversos concelhos desse território até 1975. Durante esse período procurou centrar a sua atividade no reordenamento das populações rurais, dotando-as de abastecimento de água, construção de escolas com residências para professores, postos de assistência sanitária e melhoria dos caminhos de acesso às povoações. -----

-----Quando regressou a Portugal, em 1975, fixou-se em Penafiel, a sua terra natal. No ano de 1979 assumiu o cargo de vereador em permanência da Câmara Municipal de Penafiel. Nas eleições autárquicas desse mesmo ano, viria a candidatar-se e a ser eleito, com maioria absoluta, Presidente da Câmara Municipal. -----

-----Durante o exercício do seu mandato implementou importantes políticas públicas, nomeadamente na área do abastecimento de água e da educação, tendo sido adquiridos terrenos em várias freguesias, com vista à construção de escolas primárias. Também no campo da educação, durante a sua presidência da autarquia, foram tomadas diligências tendo em vista a construção de jardins-de-infância e de uma escola de ensino especial. -----

-----António Ferreira Alves foi o responsável pelo nascimento da Feira Agrícola do Vale do Sousa - AGRIVAL, certame que desde a sua primeira realização, em 1980, tem-se afirmado como um dos mais importantes eventos de dinamização económica da região. -----

-----A "3 de Março" de 2004, a Câmara Municipal de Penafiel, atribuiu a António Ferreira Alves a medalha de ouro do concelho, a maior distinção honorífica concedida pelo Município de Penafiel. -----

-----No ano de 2011, publicou a obra "Tempo lavulu - Memórias de Danje Ia Menha -Angola (1949 - 1975)", que retrata as suas memórias dos tempos que passou em Angola. -----

-----O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer lamenta profundamente a perda de António Ferreira Alves, cidadão de mérito que contribuiu para o desenvolvido do concelho de Penafiel, expressando à sua família as mais sentidas condolências." -----

-----Posta à votação a admissibilidade da moção, dos votos de louvor e votos de pesar, apresentados foram os mesmos aprovados por unanimidade. -----

----- **Abertas as inscrições para uso da palavra no período antes da ordem do dia, inscreveram-se os seguintes membros da Assembleia Municipal:** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- A senhora deputada Hermínia Magalhães: Disse que numa breve intervenção, pretendia colocar duas situações, tendo certamente a atenção do Sr. Presidente da Câmara.-----

-----Na Avenida Soares de Moura há uma passadeira direccionada para o cruzamento das duas saídas para quem vai da Avenida Zeferino de Oliveira. Essa travessia para peões ficou esquecida, encontrando-se no meio das 2 já existentes, a precisar de restauro. -----

-----Solicitava a intervenção da autarquia, o mais breve possível, no sentido de a eliminar, porquanto já assistiu a um quase acidente que, só não aconteceu porque era hora de ponta e, felizmente, os automobilistas circulavam com atenção redobrada. -----

-----Aproveitou ainda, para perguntar ao senhor Presidente, qual o ponto de situação relativamente à Portaria que saiu recentemente, sobre as zonas de montanha e zonas desfavorecidas. -----

----- — O senhor deputado José Macedo: Disse que o Partido Socialista manifesta o seu agrado por todas as medidas que visassem a captação de investimento, e em consequência que criasse emprego. Infelizmente, Penafiel era o concelho desta região com maior número de desempregados, e não obstante algumas medidas tomadas, foi aquele que viu crescer, em menor número, os inativos. Penafiel é em termos de desemprego, líderes da região. Assim, qualquer medida que visasse criar emprego, um que fosse, era positivo. Pela mesma razão, qualquer euro investido era bem-vindo. Mas nestas coisas, o senhor Presidente da Câmara Municipal tinha que falar verdade, e deixar o discurso populista com que os foi habituando desde o momento da sua candidatura e pré-candidatura à Câmara Municipal de Penafiel. As contradições e inverdades são imensas. -----

-----A Câmara não podia nem devia chamar a si o mérito dos outros. Era uma questão de seriedade e honestidade intelectual. Exemplo disso eram os alegados 10 milhões de euros de investimento que se deviam a privados, a que o senhor Presidente da Câmara, expedito, se associou. Aliás, foi inclusive o senhor Presidente que escreveu nas redes sociais, que o investimento de 10 milhões não era da autarquia mas sim dos privados. Aliás, referiu que se fosse da câmara era um valor demasiado elevado para criar 150 empregos. Mais, dentro do tal espírito da seriedade que os devia nortear não se podia dizer que o investimento do grupo modelo/ continente, era deste executivo. Todos sabiam que já vinha de há muitos anos, do anterior executivo. Honra fosse feita, estes investimentos foram na sua maioria tratados pelo seu antecessor, e tinham já alguns anos de preparação vindo até com atraso. O mesmo se passa com as unidades hoteleiras. Aliás, era bom que se explicasse a nova unidade hoteleira das termas, pois já lá existia uma há uma série de anos e, como era normal, havia renovação ao longo dos tempos. A notícia veiculada pelo gabinete de imprensa da autarquia raiava o populismo puro e nada mais. E por respeito global, um Presidente não podia dizer e muito menos dizer uma coisa na imprensa, e quando confrontado, noutro local, dizer o oposto. -----

-----Alguém acreditava que o Plano Municipal de Atração, aprovado em novembro de 2014, ia dar origem a 150 novos empregos? Alguém acreditava que estes investimentos tinham apenas 3 meses? Mas percebe-se, sem obra para mostrar, (e lembrou a todos onde é que estava a famigerada reabilitação urbana, que vinha depois da regeneração e várias vezes anunciada), o senhor Presidente da Câmara

agarrava-se à obra dos outros fazendo-a sua. Disse que o senhor Presidente da Câmara assumisse a paternidade daquilo que efetivamente fazia ou fez e não daquilo que outros fazem ou fizeram. Solicitou ao senhor Presidente, que explicasse, e para que todos soubessem do que se estava a falar, com e como que é que a Câmara Municipal ia compartilhar aqueles novos investimentos? Referiu que o historial do atual Executivo e do que o procedeu, nesta matéria, não era o melhor. -----

-----Perguntou de quantos postos de trabalho ia criar o shopping de Novelas? Eram 1500. Onde estavam? Quantos postos de trabalho se iam criar na então Bracalândia?-----

-----Sabiam, infelizmente, a que levou aquele investimento – a Câmara entre outras entidades era credora no processo de insolvência de mais de 600 mil euros. Não sabiam se já recebeu, ou se iria receber. Solicitou esclarecimentos.-----

-----Referiu que no atual alegado investimento, o mérito seria e era dos empresários. O que esperavam sinceramente era que não fizessem a Penafiel, o que o grande investidor da Luso Parques fez a este concelho, enganando e lesando a Câmara e os penafidelenses.-----

-----No que concerne ao grupo modelo/continente, esperavam que os efeitos colaterais não fossem demolidores com o encerramento de muitas empresas, afetando de uma forma desoladora, aquilo que foi a imagem de marca do concelho – o pequeno comércio.-----

-----Reafirmou que o Partido Socialista congratulava-se com todo e qualquer investimento realizado em Penafiel. Nem que fosse um euro e um emprego. Reviu-se em tudo aquilo que criasse riqueza, apesar de terem fundadas e sérias dúvidas do populismo, dado aquela notícia, pois conheciam o histórico do Executivo, o que os leva a ter muitas e ponderadas cautelas.-----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que era meritório que houvesse no concelho de Penafiel um investimento de 3 milhões de euros, e era naturalmente meritório, que com esse investimento se pudesse reduzir o desemprego pelo menos em 150 postos de trabalho. Se se atacava o Executivo e a Câmara Municipal pelo facto de ser um município com muito desemprego, também tinham que ver o outro lado da moeda, não podiam só valorizar as partes negativas. Havia, por exemplo, pessoas que estando na oposição valorizaram aquilo que de bom se fazia no país.-----

-----Referiu que o senhor deputado José Macedo disse que o mérito era sempre dos empresários. Na sua opinião o mérito era sempre dos empresários mas não era o mérito total, porque ninguém investia onde não houvesse futuro. Referiu que houve muitas reuniões, muitos incentivos e muitas formas de apoiar os empresários para que pudessem investir em Penafiel. Perguntou se na prestativa do senhor deputado, o mérito era só dos empresários ou se não haveria também algum mérito pelos incentivos e apoios por parte da Câmara Municipal de Penafiel.-----

----- O senhor deputado José Macedo: Respondeu que o mérito naquele caso era dos empresários, porque primeiro tinha que ver os benefícios que a Câmara Municipal deu e só depois podia responder.-----



----- O senhor deputado João Filipe Pereira: Referiu requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, quer através da construção de raiz de Centros Escolares, ou através da realização de intervenções de requalificação/ampliação de escolas já existentes, deve ser perspectivada numa lógica de criação de melhores condições de conforto e funcionalidade que permitam satisfazer as atuais exigências que recaem sobre a Escola, entendida como espaço para acolhimento educativo dos alunos. No seguimento dessa estratégia era de realçar que, a Câmara Municipal de Penafiel concluiu, no passado mês de Janeiro, mais uma obra de requalificação, desta vez do edifício da EB1 da Calçada – Oldrões. Os espaços interiores e exteriores foram todos remodelados e adaptados às novas necessidades, ficando as salas apetrechadas com equipamentos e tecnologias modernas que proporcionam uma melhor e mais atrativa aprendizagem. -----

-----Considerando-se que a educação pré-escolar era a primeira etapa da educação básica, aquele edifício passou a incluir o Jardim de Infância de Bodelos, apostando-se dessa forma na continuidade educativa e pedagógica, conforme a vontade do Agrupamento e da Junta de Freguesia. Assim, o novo edifício, devidamente modernizado passa a servir os alunos da educação pré-escolar e os alunos do 1º ciclo do ensino básico, num total de 124 alunos. Obra essa que teve um custo total de cerca de 200 mil euros, custo esse que devia ser entendido como um investimento seguro, uma vez que o bem-estar e o aproveitamento escolar dos alunos também, em grande parte, condicionado pelos níveis de conforto, equipamentos pedagógicos e materiais didáticos disponibilizados. -----

----- O senhor deputado Luís Guimarães: Disse que o turismo era gerador de economia e era recorrentemente aclamado pela Câmara Municipal de Penafiel, inclusive nos últimos mandatos, mas o certo era que o turismo carecia de infraestruturas e de serviços básicos. -----

-----Referiu que, no século XXI, era inadmissível que a freguesia da Eja, à semelhança da freguesia da Capela e de Boelhe tivessem 0% de taxa de saneamento. A freguesia da Eja, era por excelência, um lugar turístico pelas suas maravilhas naturais e também era um local que recebia centenas de pessoas, fundamentalmente, por via fluvial. Perguntou ao senhor Presidente da Câmara Municipal se lhe parecia coerente, com o desenvolvimento e com o potencial turístico daquela zona, uma freguesia onde ainda não existia saneamento. E pior do que isso, uma freguesia que tinha um cais, visitado por centena de pessoas, tinha um débito direto de saneamento para o rio. Infelizmente a Coligação "Penafiel Quer" tinha sido incapaz, e não soube aproveitar os milhões que vieram da Europa, conquista dos Governos do Partido Socialista há uns anos a esta parte, pois em algumas das freguesias do concelho o saneamento continuava a ser de 0%. -----

----- O senhor Presidente da Junta da Freguesia de Galegos: Disse que tinha apreciado o facto, da JS ter colocado um cartaz na avenida do Carvalheiro, pois reconhecia e assumia a paternidade dessa obra, aprovada pela Assembleia Municipal em dezembro 2014, no PPI. Admitia que a estrada não se encontrava nas melhores condições, contudo a obra já estava adjudicada. Todos sabiam que a estrada

estava naquelas condições por causa das obras na colocação do saneamento. Lembrou que quando tinha tomado posse, como Presidente da Junta de Freguesia de Galegos, não existia saneamento no lugar do Carvalheiro, pois não tinha sido prioridade para o anterior Executivo do PS da Junta de Freguesia. Atualmente aquele local já tinha saneamento, a obra da estrada adjudicada e pronta avançar. -----

-----Disse que quando representavam uma instituição, como a JS que era credível, deviam ter mais cuidado com a precisão do que se colocava nos cartazes. Como já tinha referido, a repavimentação daquela estrada tinha sido aprovada em dezembro de 2014, e não em 2009. Tinha tido o cuidado de verificar no seu manifesto eleitoral de 2009, e nada falava da estrada do Cavalheiro, falava sim, no manifesto eleitoral de 2013. Disse que essa história havia de ser contada em duas etapas, e lá estaria para contar a segunda fase da história que o senhor deputado Luís Guimarães soube ocultar. -----

----- O senhor deputado Luís Guimarães: Disse que tinha ficado contente, pelo facto do cartaz da JS, ter chamado atenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Galegos. Referiu que a palavra *credibilidade* era uma palavra-chave ligada sobretudo à coligação "Penafiel Quer", mas que deixava a desejar. Dava ideia que o senhor Presidente da Junta tinha omitido, ali, algo. Arriscava-se a dizer que era recorrente a coligação "Penafiel Quer" ir atras do Partido Socialista em muitas outras coisas. De qualquer das maneiras, achava bastante curioso o senhor Presidente da Junta não se ter lembrado de que existia uma rubrica que tinha sido aprovada na Assembleia Municipal de 2013, referente àquela obra e na altura estava orçamentada em 20 mil euros. Disse que se fosse habitante da Freguesia de Galegos, naquele momento sentia-se aldrabado, porque se lhe diziam que a obra estava orçamentada para 2014 em 20 mil euros e voltava, agora a ser orçamentada em 100 mil euros de acordo com o mesmo documento. A JS cumpria com as populações, alertando para o estado de algumas questões. Disse que ficava feliz com o facto de a obra ir avançar, para o bem dos habitantes daquela zona e para quem usufruía daquela estrada. -----

----- A senhora deputada Hermínia Magalhães: Disse que não podia ter ficado indiferente ao que o senhor deputado Luís Guimarães tinha dito, quando se referiu à *credibilidade* relativamente à coligação "Penafiel Quer". Nesse contexto vinha defender a sua honra, porque se o senhor deputado se tivesse referido à *credibilidade* de Câmara Municipal, essa com certeza defenderia a sua honra, no entanto, enquanto deputada independente não podia ouvir fosse em que contexto fosse, político ou outro, colocarem em causa a sua credibilidade porque fazia parte do grupo da coligação "Penafiel Quer". -----

----- O senhor Presidente da Junta da Freguesia de Galegos: Disse que na Freguesia de Galegos ninguém aldrabava ninguém, nem a atual Junta de Freguesia nem as Juntas passadas. Não creditava, nem lhe passava pela cabeça, que nenhum Presidente de Junta do concelho e Penafiel tivesse o *adjetivo* aplicado pelo senhor deputado Luís Guimarães. Como já tinha referido na sua intervenção anterior, faria questão de contar aquela história na altura certa e em devido tempo. -----



----- O senhor deputado Couto Barbosa: Disse que nunca esteve colocada em causa, na intervenção do senhor deputado Luís Guimarães, a questão da honra da bancada, mas o que quis dizer foi que nos orçamentos anteriores, em muitos deles 80% das intenções que constam não eram executadas e daí a razão de protelar.-----

----- O senhor Presidente da Junta da Freguesia de Lagares e Figueira: Disse que a população da aldeia de Figueira, em Penafiel promoveu, nos dias 10 e 11 de janeiro, o "Há Festa na Aldeia", um evento cultural com o objetivo de recuperar as tradições da população de Figueira, preservando a memória coletiva, com a dinamização de diversas ações e assumindo-se como evento impulsionador para o desenvolvimento local. Esse evento foi realizado com a parceira da ADERSOUSA e contou com a colaboração da Junta de Freguesia de Lagares e Figueira e da Câmara Municipal de Penafiel. Disse que o momento alto daquele evento aconteceu com o "Auto dos Reis Magos", uma encenação popular centenária evocando o nascimento do Menino Jesus, numa representação que envolveu a população local, dando corpo a figuras bíblicas, em cortejo, até ao adro da igreja, onde decorreu em simultâneo uma feira, com produtos confeccionados pelos próprios moradores, desde iguarias tradicionais a hortícolas" e com momentos de música tradicional portuguesa. Referiu que "Há Festa na Aldeia" foi um evento pioneiro que procurou difundir o território promovendo o envolvimento ativo da população e estimular os usos e costumes, as tradições culturais e a gastronomia. Era o desejo de ver a aldeia dinamizada e de, a seu tempo, receber um maior reconhecimento fruto do empenho da população residente nesta festividade.-----

-----Mais disse que tinham tido a apresentação, à população, do projeto da requalificação de toda a aldeia de Figueira. Tiveram também, uma exposição fotográfica "memórias da aldeia de Figueira", que mostrou em como a população daquela aldeia tinha vivido em tempos idos. -----

-----Salientou que no fim de semana, do primeiro domingo da quaresma, era tradição realizar-se uma cerimónia religiosa em honra do Senhor dos Passos. Este ano, tinham tido a honra da presença do senhor Bispo do Porto, D. António Francisco, que veio enriquecer toda a cerimónia. -----

-----Disse que a freguesia de Figueira tinha tido uma escola velha, sem condições para os alunos e depois de falarem com o senhor da Câmara no sentido de alertar para a necessidade de requalificar aquela escola, o senhor Presidente da Câmara Municipal ficou recetivo ao problema, prometeu a sua requalificação e de todo o espaço envolvente à mesma e cumpriu a sua promessa. Naquele momento tinham uma escola nova, digna de qualquer aluno, uma escola que enchia de orgulho os habitantes de Figueira. Agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal por ter prometido e ter cumprido a sua palavra. Convidou todos os presentes, para dia 05 de março, pelas 17h30, a inauguração daquele novo espaço. -----

----- O senhor Presidente da Junta da Freguesia Cabeça Santa: Agradeceu ao senhor presidente da Câmara Municipal pela obra que se iniciou na rua do Castilhão, bem como a requalificação do muro do centro escolar que estava em perigo iminente. -----

-----Relativamente ao centro escolar, disse que o edifício estava ótimo e bem concebido, contudo havia uma lacuna grande que já tinha sido comunicada à Câmara Municipal e a resposta do senhor Presidente tinha sido que a senhora arquiteta não permitia que a construção de um coberto. Disse que gostava de convidar a senhora arquiteta a ir à escola num dia de chuva e circular desde a entrada do centro escolar até à primeira sala de aulas e perguntar-lhe a sua opinião prevalecia em detrimento do bem-estar das crianças. Disse que todos deviam ter essa preocupação a bem do bem-estar das crianças de Cabeça Santa para que se pudesse resolver aquele problema o mais rapidamente possível. -----

-----Quanto à EN 106, disse agradecer a resposta do senhor Presidente e que não ficasse esquecido para que não morresse mais ninguém naquela via. A Rua da Lamosa era uma rua importantíssima mas primeiro devia ter-se feito as acessibilidades e só depois pensar-se no edifício, mas não foi o que aconteceu e aguardavam a resolução daquele problema. -----

----- A senhora deputada Helena Rocha: Relativamente a uma notícia polémica de insegurança numa prova de *trail* que se realizou no passado domingo, 25 de janeiro, disse que os atletas sentiram-se lesados e enganados. Fizeram parte de um *trail* que não tinha qualquer tipo de segurança. Foram 900 participantes, e o que mais espantava era que aquela prova tinha sido organizada por uma empresa privada e pela Junta de Freguesia de Penafiel. Solicitou esclarecimentos à Junta de Freguesia de Penafiel e ao município, porque o objetivo que tinha sido frisado pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia, foi divulgar a cidade de Penafiel e o concelho e não aconteceu. A verdade era, os jovens que participaram na prova, dizem que se por ventura, houver um novo *trail* organizado em Penafiel não iriam participar. Se o objetivo do primeiro *Trail* organizado em Penafiel tinha sido corresponder às expectativas dos jovens, isso não aconteceu. Não houve segurança, houve várias quedas dos jovens, um inclusive teve que ir para o hospital e não sabe se vai ser ressarcido das despesas que teve. Tratou-se de um evento solidário, que só 30 dias após a prova foi apresentado 20% das receitas para um jovem doente de Vila Real e só mais tarde, 10% iam ser revertidos aos Bombeiros Voluntários de Penafiel e a Associação Local de Apoio à Deficiência. Esperava que as intuições fossem realmente ressarcidas daquelas verbas. Disse que quando se é entidade pública, como uma Junta de Freguesia, fazer ou apoiar aquele tipo de eventos, era necessário terem o cuidado de saber se os organizadores tinham ou não experiência e se queriam ou não que os eventos fossem uma boa imagem do concelho. -----

----- O senhor deputado Carlos Monteiro em representação do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penafiel: Explicou que a Junta de Freguesia de Penafiel, em devido tempo, publicou um esclarecimento sobre a situação e o seu envolvimento na prova referida prova - 1.º *Trail Run Penafiel Run*. Prestaram esclarecimentos na página do facebook onde reconheciam e lamentavam a existência de



falhas organizativas. A intervenção da Junta de Freguesia na prova não foi material, não houve financiamento, mas sim apoio logístico. No próximo ano, existindo nova organização, a Junta de Freguesia tudo ia fazer para que as falhas não se repetissem. Mais disse que, das verbas apuradas, uma percentagem, ia ser distribuída pela APADIMP e pelos Bombeiros de Penafiel. Esperavam que essa situação ficasse esclarecida de uma vez por todas e que a Consultare, entidade organizadora, fizesse o prometido. -----

----- O senhor deputado Rui Lopes: Disse que aquele era o primeiro mandato para que tinha sido eleito membro da Assembleia Municipal e era recorrente ouvir falar de temas de tempos idos e ficava confuso porque quando algo correu mal há 8 ou 10 anos atrás, o demérito tinha sido da Câmara Municipal e dos eleitos locais, quando atualmente algo corria bem o mérito era somente dos empresários, ou seja a Câmara Municipal e os eleitos locais já não tinham nada a ver com o assunto. Isso era algo que o confundia imenso e confundia naturalmente as populações e a quem elegia os seus representantes. ----

-----Relativamente ao saneamento, perguntou qual era a percentagem de cobertura em 2000 no concelho de Penafiel e qual a percentagem de cobertura atual. -----

-----Referiu que o passado dia 17 de janeiro a APSA (associação portuguesa de síndrome de asperger) inaugurou em Vaiprede-Penafiel o primeiro centro de atividades ocupacionais (CAO) do norte do país para jovens com síndrome de asperger (SA). A APSA é uma IPSS sem fins lucrativos que nasceu em 2003, em Lisboa, por vontade de um grupo de pais com o objetivo de promover o apoio e a integração social das pessoas com SA, favorecendo as condições para uma vida autónoma e mais digna. A Síndrome de Asperger é uma perturbação neuro comportamental de base genética, pode ser definida como uma perturbação do desenvolvimento que se manifesta por alterações sobretudo na interação social/na comunicação e no comportamento. Embora seja uma disfunção com origem num funcionamento cerebral particular, não existe marcador biológico, pelo que o diagnóstico se baseia num conjunto de critérios comportamentais. Entre as características mais comuns podemos destacar: Défice de comportamento social; Interesses limitados; Comportamentos rotineiros; Peculiaridade do discurso e da linguagem; Perturbação na comunicação não-verbal; Descoordenação motora. -----

-----Como consequência destas dificuldades, os portadores de Síndrome de Asperger acabam por se isolar e limitar os seus interesses a determinados temas e assuntos, atitude que prejudica ainda mais a sua relação com o outro. Calcula-se que em Portugal existam cerca de 40.000 portadores de Síndrome de Asperger afetando maioritariamente os rapazes. No concelho de Penafiel havia algumas dezenas de pessoas que sofrem daquela perturbação. -----

-----A APSA identificou um problema que tornou prioritário e que está na base do surgimento e da necessidade dos CAO. Um jovem com SA frequenta a escola, como qualquer outro, tendo durante esse período direito a apoios específicos. Apoios que se esgotam no fim do ciclo escolar. É, portanto, sobretudo entre os 15 e os 18 anos, ao terminarem o ciclo de estudos obrigatório, que emergem os

primeiros problemas de inserção na vida ativa. Pelas idades acima referidas, muitos jovens passam a ficar em casa, regredindo nas aptidões e competências que tinham adquirido durante a frequência escolar. Fruto das características já referidas da SÁ, estes jovens, ao ficarem sem ocupação, passam também a evitar qualquer interação social. As consequências são o viver na expectativa de encontrar uma solução; uma crescente frustração; a ausência de perspetivas para o futuro; sentimentos de ansiedade, tristeza e de depressão; a criação de processos de auto-marginalização e de autoexclusão. Por outro lado, origina nas famílias situações de grande incerteza quanto ao futuro e angústia por não encontrarem uma solução que facilite a inserção social e profissional dos seus filhos, e que lhes proporcione uma vida com qualidade e dignidade. Os CAO, nomeadamente o de Valpedre, pretendem evitar esta regressão, através do desenvolvimento de diversas atividades, como o treino de competências Sociais, artes plásticas, informática, natação, hipismo, caminhadas, saídas de grupo com visitas diversas, atividades de lazer. Para vos dar uma imagem daquilo que falo, o treino de competências sociais abrange tarefas como aprender a fazer uma cama, a aquecer comida, a preparar os lanches, a interagir adequadamente com as pessoas, a ter a noção do dinheiro, aprender a fazer trocos, entre outros. Tarefas que sendo simples, exigem trabalho específico num portador de asperger. -----

-----Um grupo de pessoas sensibilizadas para esta temática ao tomarem conhecimento no interesse da APSA em abrir um CAO no norte; contataram a Câmara para aquilatar da possibilidade de cedência de instalações. É com orgulho, que sabiam, que Câmara Municipal de Penafiel, mostrou sensibilidade para a questão e se tornou parceira na instalação do CAO de Valpedre. Cedeu a antiga escola primária de Valpedre e apoiou em tudo o que lhe foi possível a instalação do centro ocupacional. -----

Nada melhor do que recordar as palavras de António Sousa Vieira, diretor da Delegação Norte da Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger, que na inauguração agradeceu ao município a cedência do espaço e a contribuição para a sua remodelação. *"Desde o primeiro momento acarinhou este projeto e contribuiu para a sua concretização, reforçando esta mais-valia para a região"*. Ou as palavras de Piedade Líbano Monteiro, presidente da Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger, que afirmou que sem o apoio da Câmara Municipal este projeto não seria possível. *"Este projeto vai dar uma oportunidade aos nossos jovens para não ficarem em casa parados. O passo que acabamos de dar, aqui em Penafiel, proporciona um espaço que contribui para um património regional mais solidário e digno"*, defendeu. -----

-----Uma palavra especial para a freguesia de Valpedre que acolheu esta causa e que prescindiu do edifício que estava apalavrado para se tomar a sua sede de Junta de Freguesia. -----

-----Na verdade, o apoio camarário não surpreende, ou não tivesse sido as questões sociais eleitas como prioridade deste executivo. No seguimento do Plano Municipal Solidário, a Câmara e a APSA coincidem nos valores em que alicerçam as suas missões: dignidade humana; afirmação da pessoa; solidariedade; justiça social; compromisso e a cooperação. -----



-----Enquanto for esta a postura da Câmara Municipal, continuava de bom grado a votar contra qualquer redução na cobrança de IRS, como a que já ali tinham sido apresentada. Como usar o contributo de quem tem mais para benefício de quem precisa, de quem é ou está mais frágil na nossa sociedade é o que deve continuar a reger as nossas opções políticas. Disse que nem os argumentos dados para substituir a perda de receita municipal são por si acolhidos. Os jovens com SA, também beneficiavam do investimento em esculturas e dos espetáculos musicais. Beneficiavam e muito. Infelizmente, muitos desses jovens faziam também parte de agregados familiares com dificuldades económicas às características próprias da SA, era fácil perceber a importância que eventos locais têm para esses jovens. Foram muitos os anónimos que deram o seu pequeno contributo pra o CAO de Valpedre. Tinha tido conhecimento de 2 porquinhos mealheiros” num bar de uma escola secundária. A todos, conhecidos e anónimos um bem-haja. -----

----- O senhor deputado José Macedo: Disse que quando referia que havia demérito de um investimento feito pela Câmara Municipal com uma empresa privada, era porque era uma realidade a Câmara Municipal naquele momento era credora. Não conhecia o mérito de iniciativas empresariais quando eram coladas a um plano aprovado há três meses atrás. -----

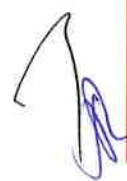
----- O senhor deputado Luís Guimarães: Corrigiu o que tinha dito sua intervenção quando referiu que Boelhe tinha a sua taxa de saneamento a 0%, pois atualmente não era o caso mas há poucos meses atras esse era um facto. Contudo, e para que conste, no *site* da Penafiel Verde EM, ainda referia que na freguesia de Boelhe tinha uma cobertura de 0%. Disse que a União Europeia, relativamente ao saneamento, obrigava, através do programa PESAR, os municípios até 2013 a terem uma taxa de saneamento considerável. -----

----- O senhor Presidente da Junta da Freguesia de Boelhe: Disse que o senhor deputado Luís Guimarães não conhecia a realidade da freguesia de Boelhe, ou não tinha estado presente na última sessão da Assembleia Municipal onde foi referido que o grau de execução do saneamento na freguesia de Boelhe era de 90%. -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que se senhor deputado José Macedo entendia que não se devia dar mérito à Câmara estava no seu direito, no entanto, achava que dar mérito pelo acolhimento de investimento para o município era salutar, pois o mérito devia ser dado a quem o tinha. -----

----- Terminadas as intervenções do período antes da ordem do dia, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submeter à discussão e votação e deliberação a moção, os votos de pesar e louvor acima transcritos. -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra da moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, escreveu-se: -----



----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que a moção que a CDU apresentava tinha a ver com a intenção do Governo em transferir serviços para as Câmara Municipais, nomeadamente no que se referia à educação, saúde, segurança social e cultura. A CDU estava de acordo que houvesse transferência de serviços para os municípios, mas o que a CDU defendia era que não fosse nos moldes que o Governo queria fazer, nem com os objetivos finais que pretendia. O que a CDU pretendia era que os serviços que iam ser transferidos para o Poder Local fossem acompanhados das respetivas verbas para que assim pudessem ser executados. A admissão de pessoal e toda uma logística necessária para que isso fosse possível. -----

-----Referiu que tudo aquilo tinha um objetivo para o Governo, que era facilitar, no futuro que esses serviços fossem privatizados e a CDU era absolutamente contrária à privatização da saúde, da educação e da segurança social. Aquela era a principal razão da apresentação da moção porque ia contra os interesses dos municípios portugueses, e essencialmente ia contra aos interesses de todas as populações do país.-- -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que tinha analisado com atenção a moção apresentada pela CDU, e estava-se a falar de um processo de descentralização. Quando reclamavam que Portugal era um país excessivamente centralizador, aparecer um instrumento que permite a descentralização, era na sua perspetiva de louvar. Aquela era uma descentralização positiva, uma vez que era uma descentralização por contrato, sem adesão obrigatória. Quando isso acontecia, devia haver um processo negocial entre as partes, o Governo e as autarquias, que em função dos interesses legítimos das suas populações aderiam ou não. Era necessário deixarem as partes discutirem e defenderem aquilo que era melhor para os interesses das suas populações. A CDU, naturalmente, tinha o direito de estar contra aquela descentralização, contudo, o grupo municipal da coligação "Penafiel Quer", achava que deviam ser os municípios a decidirem o que era melhor para o interesse supremo das suas populações. Disse que o grupo municipal da coligação "Penafiel Quer" não podia dar o seu voto favorável numa moção, com a qual não concordavam. -----

----- O senhor deputado Couto Barbosa: Disse que o grupo municipal do Partido Socialista, pela recente publicação daquela legislação, tinha alguma dificuldade em entende-la mas percebiam a preocupação do proponente, porque os antecedentes do relacionalmente do Governo Central com do Poder Local, e tal como acontecia no recente diploma, as transferências de competências estava feita sem as traves mestras definidas, sem definição concreta do que ia ser transferido e em que condições ia ser transferido e as condições de igualdade entre os municípios. O que a legislação apontava genericamente era tipo *pesca à linha*, como tinha acontecido com a educação, um município concordava e outro não, e o país ficava com duas realidades. Aquela legislação tinha uma virtude que era a que resultava da Constituição da República, não era obrigatória, só adería quem o entendesse. As condições de adesão é que não estavam definidas de igual modo, e daí os que os considerandos da moção não

tivessem para o PS algum fundamento. De qualquer forma, aquele assunto, embora a ser colocado futuramente em termos de negociação entre o Governo e as Autarquias, naquele momento era uma questão que dizia somente respeito à Associação Nacional de Municípios ou aos municípios em si e por si, nas suas associações locais, comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas e a Administração Central. Assim sendo, o grupo municipal do Partido Socialista não se sentia muito à vontade para ali a manifestar desacordo expresso àquele diploma. Disse que o grupo municipal do Partido Socialista ia abster-se uma vez que os dois primeiros itens moção a propor não podia ter a sua anuência. -----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que a CDU não era contra a qualquer descentralização, mas era a favor das transferências para os municípios. A única coisa que pretendiam com a moção era alertar para, a haver qualquer transferência de serviços para o município, houvesse o cuidado de ser exigido de acompanhado por pessoal qualificado, verbas necessárias para o cumprimento e satisfação desses tipos de trabalhos. Além disso, o repúdio tem a ver com o que alertavam, que discordavam da transferência para os privados da educação, da segurança social e da saúde. -----

-----Posta à votação, a moção apresentada pelo grupo municipal da CDU, foi rejeitada por maioria, com 17 abstenções, 30 votos contra e 1 voto a favor. -----

-----Os votos Louvor e os votos de Pesar foram subscritos por todos os presentes. -----

-----Posto à votação, os votos de Louvor foram aprovados por unanimidade. -----

-----Posto à votação, os votos de Pesar, foram aprovadas por unanimidade, e guardado um minuto de silêncio em memória dos insígnies cidadãos. -----

----- **1.º Ponto – Aprovação da Ata da sessão de anterior;** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, as atas foram aprovadas por unanimidade. -----

----- **2.º Ponto – Tomada de posse do cidadão Almiro Óscar Mateus para o cargo de Provedor do Município;** -----

-----O senhor Provedor prestou o compromisso de hora e tomou posse perante toda a Assembleia Municipal. -----

----- Depois da sua tomada de posse o senhor Provedor do Município o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Provedor do Município: Numa breve nota histórica disse que os mecanismos de mediação entre o poder político e os cidadãos não era uma invenção dos tempos modernos. Ao longo da história da humanidade houve sempre necessidade de zelar pelo cumprimento da Lei e pelo bom funcionamento dos serviços públicos. Por exemplo: Os reis egípcios tinham nas suas cortes altos funcionários que recebiam as queixas do povo; Moisés nomeou funcionários especializados para apreciarem as queixas apresentadas pelos hebreus. Mas foi na Suécia, através da figura do Ombudsman, que surgiu o conceito de provedor nos moldes em que hoje conhecemos. A palavra Ombudsman - sinónimo de procurador, provedor. -----

-----Em 1809, o parlamento sueco estabeleceu a criação de um gabinete de justiça que tinha como objetivo defender os interesses dos cidadãos no seu relacionamento com o Governo. Durante o século seguinte, essa figura foi-se alastrando aos restantes países da Escandinávia e, atualmente, é praticamente generalizado nos países da União Europeia, através do cargo de Provedor de Justiça. -----

-----Em relação ao desenvolvimento da figura e da ação do provedor citou o escritor António Lobo Antunes: "*O prazer começa na segunda metade da obra, quando o livro começa a escrever-se sozinho e a minha mão escreve sozinha, quando o livro me dita o que quer...*" Estava consciente das dificuldades que ia encontrar até que a ação se desenvolva quase por ela, em que a sua função será mais de definir prioridades e menos de "desbravar caminhos" e, quem sabe "destruir muros".-----

-----Esta é uma causa nobre que realça os valores que de melhor existem na nossa sociedade, a justiça, a igualdade, a fraternidade e a solidariedade, a entre ajuda e a partilha e deve encarar como um privilégio o dever fazer parte desta instituição. Esta é sobretudo, uma causa para as pessoas e esperava não defraudar as expectativas criadas na figura do Provedor Municipal. -----

-----Gostaria assim, naquela hora agradecer o vosso voto de confiança, desde agora entregaria a esta causa de alma e coração, com espírito de sacrifício, de dedicação, de empenho, de abnegação e de trabalho. Recorrendo de novo de Lobo Antunes, "*não vou deixar que a provedoria me derrote, trabalhando, trabalhando, até que saia bem*". -----

-----Em boa hora a Câmara Municipal de Penafiel decidiu criar a cargo de Provedor de Município. Essa medida releva que os políticos locais estavam empenhados e comprometidos com os seus eleitores, garantindo um mecanismo de promoção dos direitos e garantias dos seus munícipes. -----
É com a maior das honras e com um misto de sentimentos de orgulho e responsabilidade que hoje assumia, perante os eleitos locais, o cargo de Provedor do Município. -----

-----O Provedor do Município tem por função garantir a defesa e a prossecução dos direitos, garantias e interesses legítimos dos munícipes, perante os órgãos e serviços municipais. Dentro das competências deste cargo, cabem: -----

----- Receber reclamações relativamente aos órgãos e serviços da autarquia;-----

----- Solicitar informações, elementos e esclarecimentos à Câmara Municipal, tendo em vista dar resposta a situações apresentadas pelos munícipes. -----

----- Emitir recomendações e propostas, no âmbito da ação de Provedor do Município, para melhorar os serviços da autarquia e das empresas municipais. -----

-----A todos que testemunham esta posse que, ao longo do exercício das funções que agora iniciava, iria pautar a sua ação por 3 valores fundamentais: responsabilidade, compromisso e transparência. -----

-----Responsabilidade: A missão que esta Assembleia lhe confere é de elevada exigência. Assegurar o respeito pelos direitos e garantias dos munícipes, no seu relacionamento com a administração local é



uma tarefa de enorme responsabilidade. O seu compromisso com aqueles que o designaram é de adotar uma postura de independência, focada na resolução dos problemas das pessoas, de modo a garantir um relacionamento harmonioso entre os cidadãos e os serviços municipais. -----

-----Compromisso: Dedicar-se, com todas as suas capacidades, à resolução de problemas apresentados pelos seus concidadãos, esgotando todas possibilidades para cumprir as suas legítimas pretensões. Desenvolver todos os seus esforços para aclarar todas as situações que sejam reportadas, dando sempre uma resposta aos cidadãos que procurem o Provedor do Município. -----

-----Transparência: Assegurar a boa comunicação com os munícipes e sempre um diálogo aberto e cooperante na resolução dos seus problemas. Reportar aos órgãos autárquicos, nomeadamente a esta Assembleia, as ocorrências e as diligências tomadas no âmbito da minha atividade. -----

-----Serviço Público: Os serviços públicos devem ter consciência de que existem para servir os cidadãos. Tanto os funcionários públicos como os autarcas têm que exercer as suas funções da melhor forma possível e esforçar-se por observar sempre as mais elevadas normas profissionais. Devem ter consciência da sua posição de confiança face ao público e ter sempre presente que, no exercício das suas funções, devem pautar-se por ser um exemplo em que a maioria da população se reveja. -----

-----Esta obrigação não se esgota no mero cumprimento da Lei e das suas competências formais. Aquele que exerce funções públicas deve atuar sempre de forma cooperante e genuinamente interessada pelos problemas dos cidadãos. -----

-----Da sua parte, o compromisso será sempre com os meus concidadãos: Serei, sempre, a voz dos cidadãos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Em seu nome e em nome da Assembleia Municipal e dos penafidenses, desejou os maiores sucessos em favor dos cidadãos a quem poderá representar no exercício das suas funções. -----

-----3.º Ponto – Apreciação da informação escrita do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Luís Guimarães: Sendo que a Juventude Socialista tinha assento no Conselho Municipal da Juventude, solicitou, mais uma vez, que fossem disponibilizadas publicamente, as atas das reuniões do Conselho Municipal da Juventude. Disse que havia matérias interessantes que deviam ser do conhecimento das pessoas fora do Conselho Municipal da Juventude. -----

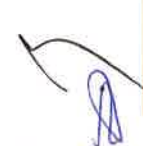
-----Relativamente ao Plano Municipal Solidário, disse que foi apresentado um relatório com vários números, e a única dúvida que tinha, relativamente ao relatório, era saber se os valores eram cumulativos desde o início do Plano, ou se tinha a ver apenas com o ano civil de 2014. -----

-----Quanto ao Plano Municipal para a Prevenção de Resíduos, disse que tinha sido feito um estudo dos resíduos e da gestão dos mesmos, e com certeza que o senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo tutelado nos mandatos anteriores o Pelouro respeitante a essa matéria, podia dar uma explicação sobre o assunto. Percebiam que Penafiel tinha menos população que Paredes, obviamente que produzia menos lixo que Paredes. A verdade é que em 2011, 2012 e 2013, Penafiel gastava aproximadamente mais um milhão de euros por ano, no tratamento desses mesmos resíduos, de acordo com a informação pública através do Instituto Nacional de Estatística, e por vários relatórios da Ambisousa. Gostava que o senhor Presidente da Câmara Municipal pudesse elucidar a Assembleia, quanto aquele assunto. -----

----- A senhora deputada Helena Rocha: Disse que a Juventude Socialista estava atenta mas era imprecisa nos dados que apresentava. Se conheciam as freguesias, a Juventude Social Democrática também e dava-se ao trabalho de as percorrer para conhecer as suas realidades e não de colocar cartazes que não tinham realidades corretas. -----

-----Quanto o Plano apresentado para a prevenção de resíduos *Onde Todos Ganham*, apresentado no dia 16 de janeiro pelo Pelouro do Ambiente e sustentabilidade, os valores não eram de um milhão como tinha referido o senhor deputado Luís Guimarães. O Plano de Prevenção de Resíduos vinha de encontro àquilo que tem vido a ser falado, sobre a capacidade do aterro sanitário, da Ambisousa e da importância de Penafiel como concelho, o país e a europa, e a preocupação é pela redução dos resíduos recicláveis e que iam para aterro. Foi possível verificar, na apresentação do referido plano, que relativamente a 2012 e a 2013, Penafiel teve uma quebra de 17% nos resíduos para recolha seletiva nos ecopontos. Isso levava-os a pensar que, os penafidelenses deviam mudar um pouco os seus hábitos e terem a preocupação de reduzirem os resíduos recicláveis que iam para o aterro sanitário. O Plano realçava a importância da prevenção para reduzir os resíduos, eram 26 medidas que esperavam que fossem todas realizadas e o objetivo e a meta principal era aumentar em 10% a quantidade de resíduos provenientes da recolha seletiva até 2017. Todos deviam estar atentos e sensibilizados para a prevenção, pois o plano realçava a importância e a responsabilização de todos. Esperava que as 28 freguesias de Penafiel conseguissem aumentar os resíduos recicláveis porque eram importante para a economia local e principalmente pelo ambiente. -----

----- O senhor deputado Sousa Pinto: Disse que a Câmara Municipal estava de parabéns por ter levado por diante a iniciativa do Plano de Prevenção de Resíduos, contudo, lembrou à senhora deputada que o tinha antecedido, com base nos dados do INE, nos últimos dois anos, o consumo em Portugal tinha baixado na ordem dos 12 a 20%. Só esse facto reduzia drasticamente os resíduos de serem diariamente vazados nos recetáculos que a Câmara tinha pelo concelho. Só esse era um elemento decisivo para diminuir o número de resíduos a depositar no aterro sanitário. Era interessante que a senhora deputada questionasse o Executivo Camarário do que tinha sido feito da recolha das folhas, que pelo concelho havia e que se recolhiam dos cemitérios, porque esse projeto tinha sido abandonado, bem como tinha



sido abandonado o projeto que recuperava matéria orgânica para distribuir pelos jardins. O projeto de recolha de resíduos às fábricas que enviavam para uma fábrica em Espanha que aproveitava os resíduos para porem as caldeiras a funcionar com fim de produzir energia. Para quando o início da construção do novo aterro sanitário, porque ia ser um problema preocupante no futuro. -----

-----No que concerne à agenda para a Empregabilidade a nível da CIM Tâmega e Sousa, disse que gostava de recolher mais informação sobre esse assunto, porque via o IEF a fazer parceria com a Câmara Municipal, e na época de 90 houve um acordo em que levou que o Vale Sousa fosse considerada uma zona deprimida. Houve um pacto para que no território se investisse fortemente com o apoio governamental. Em 2007 e 2008 a mesma coisa, e o Vale do Sousa, tinha tido o pacto para fomentar o investimento público, por forma a retirar um pouco aquela zona deprimida do caos em que se encontrava e estava-se de novo a ter o Poder Autárquico embrenhado numa lógica de reivindicação e gostava de ouvir falar de um plano, e não somente da agenda, capaz de veicular para o Vale do Sousa algum investimento galvanizador da tal necessidade urgente que o Poder Central, quando injetava dinheiro podia, com a envolvimento da Câmara Municipal ao crescimento pela positiva. Gostava de ser esclarecido sobre esse assunto. -----

-----Relativamente à capacidade técnica, que a autarquia de Penafiel tinha, de por ou não ao serviço das autarquias eleitas, que no fundo tinham alguma parcimónia, e pelo que tem conhecimento na Informação Escrita do senhor Presidente, que havia uma discricionariedade de onde os serviços técnicos da Câmara Municipal de Penafiel faziam obra, elaboravam projetos e trabalhavam em articulação com que Juntas de Freguesia. Disse que volta a ter a confirmação do que tem vindo a dizer, na folha n.º 15 da Informação Escrita, num conjunto de mais de 20 obras e projetos de arquitetura a elaborar, a executar e a remodelar, somente uma era em Junta de Freguesia do Partido Socialista, as restantes era da Coligação "Penafiel Quer". Reiterou aquilo que tem sido a sua postura, porque a questão tinha que ser equilibrada, no número de autarquias e projetos em apreço, uma vez que as autarquias do PS também podia estar a estivessem a da colaboração dos serviços técnicos da Câmara. -----

----- A senhora deputada Helena Rocha: Esclareceu, que era verdade que o consumo tinha reduzido, mas quanto tinha falado no aumento de resíduos era porque cada vez mais, havia plástico, sacos e embalagens. Cada vez mais havia nos sacos do lixo resíduos recicláveis. Em termos de resíduos no concelho de Penafiel era cada vez maior. A percentagem se era reduzia em 17% as pessoas não reciclavam. 17% das pessoas que reciclavam no ano passado, atualmente não reciclavam, não se davam ao trabalho de o fazer e era necessário sensibilizar as pessoas. Mais disse que, em várias escolas fazia-se compostagem. -----

-----Quanto à produção em biomassa, era um processo feito a nível nacional, aproveitar as folhas, triturar e colocar em caldeiras para fazer o aquecimento, processo que já era realizado em algumas piscinas municipais. O concelho de Penafiel não ficava atras em todas as medidas que eram feitas a nível

nacional, inclusive agora, com medidas mais ativas e penalizando quem não cumpria o regulamento dos resíduos. -----

----- — O senhor deputado Luís Costa: Parabenizou o Executivo Camarário pela aposta que estava a ser feita em termos de divulgação do município de Penafiel a nível nacional e internacional. Isso relativamente à participação de Penafiel na BTL - Feira de Turismo de Lisboa, que era a maior feira de turismo nacional. Era uma feira que em 2015 previa ter cerca de 70 mil visitantes, dos quais mais de 50% eram operadores turísticos de toda a parte do mundo e tinha um posicionamento a nível nacional e internacional como uma das maiores feiras de turismo que divulgava Portugal e as suas regiões. No caso particular de Penafiel, no dia 26 de fevereiro, o município divulgou os produtos tradicionais da região, nomeadamente as tortas de S. Martinho, os bolinhos de amor, pão-de-ló de Rio de Moinhos, vinho verde, entre outros produtos, nomeadamente o presunto e a cebola, representado pela Confraria do Presunto e da Cebola de Penafiel, que tem feito um trabalho excelente em termos da divulgação e da preservação desses mesmo produtos locais. No dia 28 ia ser apresentada outra vertente que tinha a ver com a tradição, da pesquisa que fez, não encontrou mais nenhum daqueles elementos a nível nacional, os tradicionais bailes das antigas guildas, neste caso o baile apresentado era o “Baile dos Pretos”, mas outros poderiam também ser apresentados, nomeadamente o Baile dos Ferreiros, o Baile dos Ferreiros, dos Pauzinhos, dos Turcos e dos Pedreiros, que todos penafidelenses bem conheciam porque apresentavam-se na procissão do *Corpus Christi*. Aposta na referida feira, pelo município de Penafiel era fundamental. Não podiam esquecer que Portugal tinha cada vez mais uma vertente muito importante na dinamização e captação do turismo, Penafiel era disso testemunho, tem-se verificado nos últimos anos uma crescente procura das localidades, não só relativamente à gastronomia, ao enoturismo, mas também ao turismo cultura e religioso. Se Portugal era por excelência um país orientado para o turismo, a BTL- Feira de turismo de Lisboa era o local onde aquele potencial se relevava em toda a sua plenitude. -----

----- Participar em feiras de turismo, era afirmar as tradições do concelho e mostrar que Penafiel era uma grande região de património natural, humano, gastronómico, enológico e cultural. Para quem tivesse possibilidade de visitar a feira o concelho de Penafiel estava representado no espaço da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa que estava integrada numa das mais amplas áreas expositiva da entidade Regional do Turismo do Porto e Norte de Portugal. -----

----- — O senhor deputado José Macedo: Disse que a sua intervenção era pela ausência de elementos que a Informação Escrita do senhor Presidente apresentava e tinha a ver com uma recomendação deixada na mesa na última sessão da Assembleia Municipal e que ainda não tinha sido resolvida entre outros considerandos e que passava a ler: -----

----- “Considerando que: -----

----- - Em diversas ocasiões O Partido Socialista, ao longo do último ano, teve oportunidade de alertar esta Assembleia para o estado lastimoso em que se encontram as obras de requalificação da EN

15. O facto é que as obras se arrastam há mais ou menos ano e meio e não se vislumbra a sua conclusão; -----

----- Acresce que a repavimentação está longe de estar concluída, designadamente na freguesia de Penafiel e Guilhufe; -----

----- Na área da sinalética e iluminação pública, também existe um défice, designadamente na ausência de marcações na maioria do troço em causa, na falta de remarcação das passadeiras, da colocação de tacos luminosos para maior segurança dos peões. Na Iluminação pública existem algumas zonas com pouca iluminação, devendo ser reequacionadas as soluções técnicas adotadas; -----

----- Há uma árvore na via de rodagem, mal sinalizada e perigosa na freguesia de S.ta Marta que pode potenciar situações graves, principalmente em dias de nevoeiro (atendendo à sua posição e falta de marcação da via); -----

----- É do conhecimento geral que foram desenvolvidos estudos pela autarquia (Arq. Paula Teles) para colocação de passeios pedonais nas freguesias atravessadas pela EN 15- Penafiel, Guilhufe, Croça, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos. No entanto, não se descortina que todas elas sejam dotadas desta infraestrutura. -----

Atendendo a que a construção/requalificação de vias públicas tem com o objetivo primordial maximizar o escoamento de grandes volumes de tráfego e o conforto dos ocupantes dos veículos e dos peões, pede o Partido Socialista a esta Assembleia que, em nome da proteção que é devida aos condutores e peões que utilizam a via, em nome da boa aplicação dos dinheiros públicos, em nome da mobilidade - bandeira do concelho nos secunde numa recomendação à Câmara Municipal de Penafiel que envide todos esforços no sentido de ultrapassar com a urgência possível as situações referidas e que nas reuniões da Assembleia Municipal, durante a apreciação da comunicação do Sr. Presidente sejam dadas informações aos Deputados Municipais do trabalho desenvolvido." -----

-----Deu um louvor à forma como foi aproveitada a bandeira do Partido Socialista no investimento feito na educação, um aproveitamento dado pela Câmara Municipal para aquilo que tinha sido uma opção política do Governo do PS, na requalificação e dotação de edifícios condignos para a educação. -----

----- A senhora deputada Hermínia Magalhães: Realçou a preocupação da Câmara Municipal de Penafiel, demonstrada com a área da saúde junto da comunidade, particularmente dos mais jovens, estabelecendo parcerias com instituições cuja experiência permitirá informar e formar mais eficazmente os nossos cidadãos. -----

-----Disse que já na última assembleia, referiu a semana da juventude, realizada em outubro passado, congratulando-se com as atividades desenvolvidas e deixou registado que esperava não ser algo pontual mas que houvesse uma continuidade. -----

-----Desta forma, Sr. Presidente, não era capaz de permanecer indiferente aos protocolos estabelecidos com o Instituto do Desenvolvimento (ação na região do Vale de Sousa e Baixo Tâmega) e com a clínica DIAVERUM, concretizando essa continuidade desejada. -----

-----Na realidade, as iniciativas previstas com estes 2 protocolos podem contribuir e muito para uma maior e melhor qualidade de vida, uma maior e melhor qualidade social, valorizando-se não só a prevenção como também prevenindo alguns aspetos económicos na área da saúde. -----

-----Se o mote da ação do Instituto do Desenvolvimento é "prevenir Para Sorrir" e da DIAVERUM "Aprender a proteger os rins", na verdade, com a formalização destas parcerias num compromisso mais sólido e alargado, só vem sublinhar o lema "antes prevenir do que remediar". -----

----- O senhor deputado Belmiro Barbosa: Relativamente ao Pelouro da Família e Inclusão Social, disse que a Câmara Municipal tem-se preocupado com nessas áreas, o que era de louvar. -----

-----Disse que o protocolo celebrado com o IHUR - Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana, I.P., para atribuição de 40 fações habitacionais, no empreendimento em Novelas, possibilitava, daquela forma, novas residências permanentes de agregados familiares, residente no concelho de Penafiel. Assim o município de Penafiel podia credenciar as famílias mais carenciadas a beneficiarem daquelas habitações no âmbito do regime de renda apoiada. Daquela forma, o Executivo da Câmara Municipal, mais uma vez tinha estado atento ao apoio às famílias penafidelenses. Aquela era mais uma medida na área social que o Executivo tem vindo a defender e concretizando neste seu mandato. -----

-----Disse que o *Trail* realizado na freguesia de Penafiel, não tinha sido o primeiro no concelho, a freguesia de Lagares já fazia essa prova há 4 anos a esta parte, não com 90 mas sim, com 2500 participantes. Os participantes iam e voltavam porque os "amigos do Pedal" sabiam organizar muito bem aquela prova. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Felicitou o senhor Provedor do Município pela sua tomada de posse. Sentia enorme orgulho por, em Penafiel, se estar a fazer história. O Município de Penafiel, a partir de agora, passava a integrar o número muito restrito de municípios do país com um Provedor do Município. Era o único município do distrito do Porto que tinha um Provedor do Município. Estava certo que o senhor Provedor dos penafidelenses ia cumprir e bem a missão que tinha ali assumido e que todos iam sentir-se cada vez mais orgulhosos por terem tomado a decisão criar aquele nobre cargo. Desejou ao senhor Provedor do Município as maiores felicidades no exercício da função, que mereceu um largo consenso da Assembleia Municipal. -----

-----No que dizia respeito à questão da passadeira na avenida Soares de Moura, referida pela senhora deputada Hermínia de Magalhães, disse que tomou a devida nota e iam procurar resolver a situação. -----

-----Quanto à Portaria 22/2015, publicada no dia 5 de fevereiro, relativa aos territórios de montanha ou zonas mais desfavorecidas, no essencial era uma Portaria que previa majorações dos apoios aos agricultores em candidaturas das zonas desfavorecidas. A Portaria destinou-se apenas a adequar a

regulamentação que já existia, e que pretende adequar à reforma administrativa que entretanto tinha sido feita. Tinha sido também, a oportunidade, que a União Europeia deu para se mantivessem as zonas desfavorecidas. A questão de fundo de alteração dos territórios só ia acontecer em 2018. Atualmente a UE, tinha dado a oportunidade ao Governo de puder manter em vigor a Portaria que já vinha de traz, com os mesmos territórios. O Governo Português aproveitou a oportunidade, e pelo menos até 2018, altura em que entrará em vigor o novo regime relativo aos territórios desfavorecidos, até aí ficaria essa Portaria a valer. O concelho de Penafiel, em conjunto com a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e com a Adersousa, estava já a sensibilizar o Ministério da Agricultura, para a necessidade de se poder alterar essa Portaria, e para que todo o território pudesse vir a ser considerado como zona desfavorecida e beneficiar dessas vantagens. Uma mudança muito importante que aconteceu, foi o mapa da ruralidade que no passado era manifestamente injusto para a região do Vale do Sousa em geral e o atual Governo teve a sensatez de rever e alterar, e hoje, todo o território estava integrado no mapa da ruralidade, mapa importante para que se pudesse aceder aos fundos previstos para a agricultura. -----

-----Relativamente à intervenção que a Câmara Municipal tinha feito na escola de Oldrões, de facto foi uma intervenção com bastante densidade que requalificou aquela escola, o que permitiu que a mesma pudesse acolher o jardim-de-infância e transformar-se num verdadeiro centro escolar. -----

-----No que concerne ao saneamento, dizerem que estava a 0% ou que não existia saneamento, em Eja, na Capela e em Boelhe, não era verdade. Lembrou que não existia no concelho de Penafiel, freguesias com 0% de cobertura, algumas freguesias que efetivamente tinham uma taxa de cobertura menor, como era o caso da Capela, que pelas características de território, não foi ainda possível levar o saneamento em maior percentagem a essa freguesia e também a freguesia da Eja pelas mesmas razões. Mas tinham outros exemplos, como a da corda do Tâmega, com uma taxa de cobertura acima dos 85%. Aliás, não tinha sido por acaso que o senhor Secretário de Estado do Ambiente, quando esteve no concelho, no verão passado, na inauguração do sistema do Tâmega, se referiu ao trabalho desenvolvido no concelho de Penafiel como o "Milagre de Penafiel", pela forma como tinha evoluído a taxa de cobertura ao longo dos últimos anos. Ali a diferença era que em 2001, com os Governos Locais do PS, a taxa de cobertura era de 16% no saneamento, atualmente, com os Governos Locais da Coligação "Penafiel Quer" a taxa era de 75% de cobertura. -----

-----Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Santa, disse que de facto já estavam em obra a rua do Castelhão, só não começou antes porque tinham pensado anteriormente, como já estava articulado com o senhor Presidente da Junta, na rua da Lamosa, mas como depois terminava na EN 106, havia necessidade de ter parecer das Estradas de Portugal. Teve que ser feito um projeto e acabou por atrasar o início da obra e começaram por avançar com a obra da rua do Castelhão. No que respeitava ao centro escolar, referiu que estava a ser trabalhado um projeto para que se pudesse fazer a intervenção tão desejada pelos pais das crianças. -----

-----Ao contrário do que dizia o senhor deputado Sousa Pinto, a Câmara Municipal de Penafiel fazia projetos para todas as Juntas de Freguesia do concelho, desde que eles fossem necessários, os técnicos estavam sempre disponíveis para esse efeito. -----

-----Quanto ao *Trail* de Penafiel, disse que a Câmara Municipal não tinha tido nenhuma intervenção nessa organização, mas poderia ter tido se tivesse sido solicitada para esse efeito. Os técnicos do Pelouro do Desporto estavam sempre disponíveis para colaborar com as juntas de freguesia.-----

-----Agradeceu ao senhor deputado Rui Lopes pela sua intervenção, a propósito da inauguração do Centro de Atividades Ocupacionais, em Valpedre. De facto aquele centro, em parceria com a APSA, era uma das intervenções que mais o orgulhava no tempo que levavam de mandato. Era uma obra, não apenas de cimento e tijolo, mas ia muito para além disso que lá estava, o que devia orgulhar todos os penafidenses. Era um exemplo de cidadania, que desde a localidade de Valpedre foi dado para todo o país. -----

-----O senhor deputado José Macedo, na sua intervenção, fez um conjunto afirmações a propósito dos contratos de investimento, que na próxima terça-feira iam ser assinados no Salão Nobre da Câmara Municipal de Penafiel, numa data feliz, dia em que se comemoravam os 245 anos da elevação de Penafiel à categoria de cidade. -----

-----O senhor deputado José Macedo disse que o número de desempregados em Penafiel era superior ao número de desempregados da região, depois disse que os milhões de investimentos eram privados e que o investimento do Continente não era deste Executivo. O senhor deputado questionou, também, se a unidade hoteleira das termas de S. Vicente já existia e depois perguntou, como ia compartilhar a Câmara Municipal aqueles investimentos. Esclarecendo todas aquelas dúvidas e afirmações proferidas, disse que, no concelho de Penafiel, o desemprego não era superior ao da região. Em números absolutos era superior a outros concelhos da região, porque e por uma razão simples, se o concelho de Penafiel era maior, naturalmente que o número desempregados era superior aos outros concelhos. Penafiel tinha um número e uma percentagem de desemprego, que sendo ligeiramente superior à nacional, era inferior à média da região. No ano passado, o concelho de Penafiel foi o concelho em que o desemprego mais tinha descido e o emprego mais cresceu. -----

-----Relativamente à afirmação dos milhões do investimento serem privados, disse que era verdade, pois o que pretendiam era trazer investidores para o concelho de Penafiel. Foi para isso que tinham aprovado e apresentaram no início de novembro um plano municipal de atração ao investimento, que significava trazer investimento privado que criasse riqueza no concelho e que gerasse emprego. Os milhões de euros que iam acontecer eram efetivamente privados, com a diferença de não serem investimentos que vinham da América ou da China, mas sim de investimentos de empresários da região e do concelho, cuja capacidade e fiabilidade era conhecida. Tinham fundadas razões para acreditar que esses investimentos iam efetivamente ser concretizados e os postos de trabalho ser criados. -----



-----A questão da unidade das Termas de S. Vicente; Aquela que está a funcionar é que estava fechada em 2001, quando a Coligação "Penafiel Quer" chegou à Câmara Municipal de Penafiel e que foi com o trabalho e empenho do Executivo e com o esforço de atração de investimento que tinha sido possível abrir! Essa unidade estava aberta, a funcionar e a trazer muita gente para o concelho. Não é essa unidade. Eram investidores que acreditavam que o concelho de Penafiel se estava a conseguir afirmar como um destino turístico de qualidade e queriam investir em Penafiel o seu dinheiro porque sabiam que iam ter retorno e rentabilidade. -----

-----Relativamente à comparticipação que a Câmara Municipal tem nesses investimentos privados, disse que ia agir de acordo com as regras que o regulamento de Apoio ao Investimento permitia e previa. Cada caso era um caso, as situações foram alvo de muito trabalho de bastidores para poderem chegar ao 3 de Março e terem os contratos em condições de puderem ser assinados com os investidores. A Câmara, dentro daquilo que estava previsto no regulamento tinha o seu papel e foi muito por via desse papel que a Câmara desempenhou que os investimentos vinham e iam investir em Penafiel. Convidou a todos a participar no momento importante da vida do concelho de Penafiel, a cerimónia de assinatura de 9 contratos de investimentos, no montante global de 10 milhões de euros e que iam permitir que 150 penafidelenses pudessem ter uma oportunidade de emprego e saírem do drama que é o desemprego. ---

-----No que concerne às atas do Conselho Municipal da Juventude não estarem publicadas no *site*, disse que a senhora Vice-presidente tinha tomado a devida nota para que isso não voltasse acontecer.

-----Quanto ao Plano Municipal Solidário, disse que os valores apresentados eram os valores que ao longo do tempo, e desde de que estava em vigor o Plano, tinham sido despendidos nessa área. -----

-----Disse que o valor que a Câmara Municipal de Paredes gastava em matéria de resíduos sólidos urbanos e o seu tratamento era significativamente superior àquele que gastava a Câmara Municipal de Penafiel. A Câmara Municipal de Penafiel, acolhia e depositava em média cerca de 2200 toneladas de resíduos por mês, a 20€ por tonelada, e a Câmara Municipal de Paredes depositava em média 2600 toneladas por mês a 20€ a tonelada, sendo que a fatura de Paredes era significativamente maior que a de Penafiel, pela razão de ter mais habitantes e no que dizia respeito a produção per capita de resíduos, era sensivelmente igual, mas em números absolutos, naturalmente que Paredes tinha um volume maior de deposição. -----

-----Quanto à agenda da empregabilidade e ao andamento desse *dossier*, disse que estava a ficar particularmente concluída, possivelmente seria apresentada no próximo mês de março. Mencionou, que teria o cuidado de convidar o senhor deputado Sousa Pinto e os restantes membros da Assembleia Municipal para essa apresentação, para que ficassem a conhecer o trabalho que tem sido desenvolvido ao longo dos meses nessa área. Trabalho que envolvia várias dezenas de agentes ligados a muitas áreas, educação, IPSS, Administração Central e associações empresariais, um conjunto muito diversificado de entidades que tem vindo a trabalhar no tema da agenda da empregabilidade. -----

-----Quanto à recomendação apresentada pelo senhor deputado José Macedo, sobre a EN 15, disse que aproveitava a oportunidade para partilhar com Assembleia Municipal, que no dia anterior, tinha sido um dia importante para o concelho de Penafiel, porque tinha acabado o prazo de abertura de propostas para a intervenção de requalificação do troço entre a rotunda "Abraço do Povo" e a ponte das Coutinhas em Paredes. Era um investimento de cerca de 4.250.000,00€, investimento significativo, na medida estava, já também, a rotunda onde ia iniciar-se o IC 35. O IC 35 ia realmente avançar e uma parte do seu itinerário 35 ia ser executado no contexto da obra da EN 15, entre Penafiel e Paredes. -----

-----Disse que a obra da EN 15, entre Amarante e Penafiel, estava a decorrer, estava dentro do prazo de execução, e a Câmara Municipal estava a acompanhar essa mesma execução, embora ela não fosse da responsabilidade da Câmara Municipal, mas no que dizia respeito ao acompanhamento em matéria de fiscalização estavam a fazê-lo. Como o prazo da execução ainda não tinha terminado, iam aguardar que ela fosse executada como devia ser, cumprindo com as boas regras da execução de obras.

-----Agradeceu ao senhor deputado Belmiro Barbosa as palavras que tinha deixado, e o tema que ali apresentou. De facto, a Câmara Municipal assinou um protocolo com a Secretaria de Estado da Habitação através do Instituto da Reabilitação Urbana e Habitação, para disponibilizar 40 habitações, às famílias penafidelenses mais carenciadas. Disse ter ficado muito satisfeito com a assinatura daquele protocolo, porque eram 40 fogos que iam permitir a 40 famílias penafidelenses uma vida mais digna numa casa nova. O protocolo representava 25% do parque de habitação social do município de Penafiel, ou seja, o concelho de Penafiel tinha 160 fogos e o protocolo assinado recentemente envolvia 40 casas. -----

----- O senhor deputado Couto Barbosa: Disse que o senhor Presidente tinha feito afirmações sobre assuntos colocados pelos senhores deputados do PS que não estavam devidamente enquadrados. O pedido relacionado com intervenção da Câmara Municipal na EN 15, em lado algum dizia que a responsabilidade era da Câmara. Era uma preocupação dos cidadãos penafidelenses ou outros, que utilizavam essa via. Entendiam que não era responsabilidade da Câmara mas esta, tem todo o interesse e obrigação de questionar a entidade que estava a executar a obra sobre as condições da sua execução e as condições de circulação das pessoas. -----

-----Quanto à resposta que o senhor Presidente tinha dado relacionada com o saneamento no concelho, disse que o senhor Presidente só tinha dito parte da verdade, pois tinha revertido 2001, quando a Coligação chegou ao Governo da Câmara Municipal de Penafiel, as taxas de utilização que existiam, mas tinha sido dito que os programas operacionais até 2008 e de 2008 até 2013, foram o que permitiram fazer investimentos e reconheciam que a Câmara Municipal fez alguns investimentos. Na bacia do Tâmega, 6.500.000,00€, mérito da Câmara Municipal. Até essa data a taxa de cobertura nada tinha a ver com a atual, podia ser em extensão, mas em população não era. Em 2001, toda a região de zona central da cidade de Penafiel e arredores e a corda do Sousa estava toda coberta, bem como uma boa parte da bacia das Termas de S. Vicente, estava coberta, sem fundos comunitários porque não os



havia na altura. O que o senhor deputado Luís Guimarães disse, foi que havia freguesias que tinham 0% de saneamento em termos de extensão que tinha sido reconhecido, em relação a outras a percentagem em alguma delas estava relativamente baixa. Referiu que a maneira que o senhor Presidente tinha colocado o assunto não era correta nem politicamente aceitável. -----

----- 4.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração à redação dos artigos 92.º e 93.º, do Regulamento Municipal de Trânsito, Circulação e Estacionamento, para efeitos da alínea g), do n.º 1, do artigo n.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro; -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

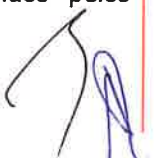
----- O senhor deputado Couto Barbosa: Disse que ia deixar ali a sua opinião pessoal que o ia levar a ter um sentido de voto diferente da sua bancada. A proposta apresentada com a alteração a dois artigos do regulamento era a continuidade de situações que já ali tinham sido apresentadas. Na sua opinião, o que estava a sufragar era alteração estrutural ao regulamento do Estacionamento de Duração Limitada, a extensão dos parómetros, os lugares pagos quando tinha sido feita a alteração, a prorrogação e na extensão do contrato do parque do estacionamento coberto. Estava-se a falar na gestão do referido parque coberto e na gestão do espaço público e estacionamento que tinha sido prorrogada por mais 20 anos. A proposta, para confirmar o que tinha acabado de dizer, anexava uma planta que não dava para entender o que a proposta apresentava em termos de alteração de circulação de trânsito. Genericamente propunha alterar o trânsito na zona da rua em frete à Câmara Municipal, na antiga rua da Misericórdia, no largo Padre Américo, nas ruas Joaquim Cotta e Alfredo Pereira, mas na planta anexa somente constava as zonas de coexistência e as zonas de parqueamento. -----

-----Disse que a bancada do Partido Socialista ia abster-se nesta votação, e ele próprio ia votar contra pelas razões acima expostas. -----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que ia votar contra, pelas mesmas razões expostas pelo senhor deputado que o antecedeu. -----

----- O senhor deputado Luís Costa: Disse que a proposta, principalmente no que dizia em termos de redimensionamento e realocação do trânsito ia ao encontro daquilo que as várias comissões de estudo desenvolveram durante três anos e chegaram acordo tendo a anuência de todos dos participantes, nomeadamente moradores, comerciantes, associação comercial e forças da segurança. Esta alteração ia regularizar o que estava desregularizado por falta de civismo das pessoas. O estacionamento naquelas zonas, a circulação só era permitido a residentes, cargas e descargas. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Disse que ali não estava em causa qualquer alteração ao contrato do parque de estacionamento, mas sim a alteração do sentido de trânsito para o centro histórico, já numa outra sessão da Assembleia Municipal tinha-se referido os pilaretes e da dificuldade de os manter a funcionar porque estavam permanentemente a ser destruídos pelos



sucessivos acidentes que ali tinham ocorridos. Portanto, deixava de ser permitido atravessar, como acontecia até então na rua Joaquim *Cotta* e o acesso passava a ser feito pela rua da Misericórdia. Essa manobra ia dificultar o acesso ao centro histórico e ia permitir atingir um objetivo que era partilhado por todos, residentes, comerciantes e sobretudo visitantes do centro histórico. Referiu que oportunamente apresentariam uma proposta de alteração ao contrato de concessão do parque de estacionamento, mas quando o fizessem, fá-lo-iam diretamente e sem subterfúgios porque não tinham por hábito levar as questões de forma dissimulada. -----

----- O senhor deputado Couto Barbosa: Explicou que o que tinha dito foi que aquela era a continuação da alteração regulamentar que tinha tido em Assembleias Municipais anteriores o seu voto nesse sentido e simplesmente o justificou. -----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que a CDU estava de acordo com a proposta da Câmara Municipal no que se referia à reorganização do trânsito. A questão do estacionamento na cidade, concretamente naquela zona é que era o problema. Também a proposta, carecia do relatório das entidades que acompanharam o processo, nomeadamente o parecer dos comerciantes. Por uma questão de coerência com todo o que tem sido a opinião da CDU, não podia votar favoravelmente aquele ponto.

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 2 votos contra e 6 abstenções. -----

----- 5.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração à redação do artigo 13.º, do Regulamento do Património Ativo – Conservação e Reabilitação Urbana, para efeitos da alínea g), do n.º 1, do artigo n.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Sousa Pinto: Disse que o grupo municipal do Partido Socialista ia votar favoravelmente aquela alteração, mas era importante terem conhecimento e a noção exata de como tinha funcionado no ano anterior. Era importante saberem de quantos proprietários tinham aderido e como tinha funcionado. -----

-----A reabilitação urbana era um assunto muito complexo e a Câmara Municipal ao pensar naquela medida, que obteve aprovação de todos, era demasiado superficial, porque reparar fachadas quando o interior do edifício continua degradado não valia de muita coisa, por isso gostavam de saber algo mais de fundo no que concerne aquela área. Gostavam de saber se a Câmara Municipal tinha uma política mais consistente, mais concreto, algo que tivesse uma sustentabilidade que todos percebem-se que havia ali uma visão de fundo. Disse que tinham algumas reservas mas reconheciam o esforço que a autarquia estava a fazer para pelo menos alterar as fachadas. Referiu que havia outras medidas que a Câmara podia optar como por exemplo, isentar de impostos os proprietários quando faziam a seu cargo obras de reparação dos edifícios antigos. -----



----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com uma abstenção. -----

----- **6.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal referente ao projeto de Regulamento de Municipal respeitante a apoios a conceder pelo Município de Penafiel na promoção das novas medidas de apoio à inserção de Trabalho- Estágio-Emprego e Estímulo-Emprego, nos termos da alínea g), do n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

7.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de minuta do Contrato- Programa da Penafiel Verde, EM, para o ano 2015, para efeitos do disposto, n.º 5, do art.º 47, da lei.º 50/2012, de 31 de Agosto; -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- — O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que a CDU considerava que o conteúdo do contrato era bom. Assentava numa perspetiva e referia a poupança e o rigor, aspeto esse positivo, simplesmente, depois, apresentava três administradores que deviam ter um vencimento. Do conhecimento que tinha, os administradores tinham um vencimento baseado no vencimento de um vereador da Câmara Municipal. Gostava de saber se era realmente assim. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Disse que nenhum administrador de nenhuma, das duas empresas municipais existentes no município, recebia qualquer tipo de renumeração. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 5 abstenções. -----

----- **8.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Normas de funcionamento da "Mostra de Teatro Juvenil", nos termos da alínea g), do n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

----- **9.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Normas de funcionamento do concurso " 25 de Abril – 41 anos de liberdade", nos termos da alínea g), do n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

----- **10.º Ponto — Conhecimento da deliberação da Câmara Municipal n. 613, de 19-02-2015, referente à 1.ª Correção Material e Retificação do Plano Diretor Municipal de Penafiel, em conformidade com o artigo 97.º-A do RJIGT;** -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**11.º Ponto** – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal Reconhecimento de Interesse Público Municipal relativo à obra de construção do Caminho de Vilarinho na Freguesia de Peroselo, nos termos da alínea a), n.º 7, artigo 39.º do regulamento do PDM;-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

-----O senhor deputado Couto Barbosa: Disse que conhecia o caminho em apreço e que lhe reconhecia o interesse público municipal, mas no processo enviado devia ter mais informação. Disse que o investimento público mexia sempre com interesses privados, a própria declaração de interesse público tinha subjacente os interesses privados e deveriam estar acautelados e salvaguardados, o que não se via naquele caso. Sugeriu que, para futuras *declarações de reconhecimento de interesse público municipal*, a proposta fosse composta por mais elementos e justificações com todos os seus impactos.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade.-----

-----**12.º Ponto** – Indicação de um Presidente de Junta de Freguesia para participar no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, nos dias 27 e 28 de março, em Troia;-----

-----Foi apresentada a Lista A, constituída pelo Presidente da Junta de Rio de Moinhos, senhor Henrique Manuel Azevedo Martins.-----

-----Após o escrutínio, apuraram-se 44 votos a favor da lista A, 11 votos brancos, e um voto nulo, pelo que foi indicado o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, senhor Henrique Manuel Azevedo Martins, para participar no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, nos dias 27 e 29 de março, em Troia.-----

-----**13.º Ponto** – Conhecimento das minutas das atas e as atas das reuniões da Câmara Municipal aprovadas, nos termos da alínea x) do n.º 1 do artigo 35.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----A Assembleia tomou conhecimento.-----

-----Encerrado o período da ordem do dia, foi dado início ao período de intervenção do público.-----

-----Ninguém se inscreveu.-----

-----No final da sessão, todos os pontos importantes foram aprovados em minuta, por unanimidade, tornando-se, assim, imediatamente eficazes as deliberações tomadas.-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão, lavrando-se a presente ata, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim que a secretariei.-----

-----